# ANEXOS 03 AO 10 EDITAL ELAS À FRENTE 01/2023

# ANEXO 03 – MODELO PARA A PROPOSTA DE TRABALHO

*[A Proposta de Trabalho deve ser preenchida pela OSC de acordo com as orientações entre colchetes em itálico, podendo acrescentar itens a este modelo, conforme as especificidades do projeto ou atividadea ser desenvolvida. A OSC poderá acrescentar o timbre da entidade, caso possua]*

**Edital de Chamamento Público nº XX/2023** –SPM – EDITAL XXXXXXXXXXXX

**Finalidade da Seleção:** formalização de Termo de Colaboração, nos termos e condições estabelecidos neste Edital, a partir de seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para ações de interesse público e recíproco, visando à celebração de parceria com o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

# IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Dados da OSC

Nome da OSC: (*razão social completa e abreviação caso tenha*) CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL (IE): (*apenas para o caso da que possui)*

CERTIFICAÇÕES: *(relacionar caso possua, tais como certificação orgânica, fair trade, SIPAF para algum produto, SIF, SIE, SIM, Utilidade Pública Municipal, Utilidade Pública Estadual, etc.)*

Data de Criação: (*data conforme o CNPJ/Estatuto)* Endereço: (*endereço completo, incluindo CEP)* Telefone: (*número do telefone com DDD)*

Endereço eletrônico (e-mail):

Dados da Diretoria da Entidade Proponente

Nome, cargo, idade e gênero *(relacionar os membros da atual diretoria, identificando o cargo que ocupa, a idade e o gênero)*

Dados da Representante Legal Nome:

Endereço:

Endereço eletrônico (e-mail): RG/Órgão expeditor/UF: CPF:

# APRESENTAÇÃO DA OSC

* 1. Histórico

[*Breve histórico da Organização da Sociedade Civil com a descrição da evolução do seu trabalho a partir da sua crição, principais diretrizes etc*]

* 1. Objetivos

[*Descrever quais os objetivos da entidade voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social são compatíveis com o objetivo da parceria, de acordo com seu estatuto ou regimento. (art. 33, inciso I, e art. 34 captu, inciso III, da Lei nº 13.019/2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as associações cooperativas (atg. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019/2014)*]

# OBJETO DA PARCERIA

[*Nome do projeto ou atividade a ser executado por meio da parceria e sua vinculação com o Plano Plurianual (PPA), descrevendo o Programa, Compromisso, Meta e Iniciativa, em conformidade com o Termo de Referência*]

# OBJETIVO DA PARCERIA

[*Demosntrar a mudança na realidade que o projeto ou atividade pretende contribuir, ou seja, a respostaao principal problema apontado*]

# DESCRIÇÃO DA REALIDADE DO OBJETO DA PARCERIA E NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

[*Contextualizar o projeto ou atividade e sua correlação com a politica pública consignada no Plano Plurianual (PPA). Descrever a realidade que a parceria pretende modificar, demonstrando o nexo entre a realidade e as ações e metas a serem atigindas. Definir a que se propõe o projeto ou atividade e sua importância*]

# DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS

[*Preencheer este item em conformidade com as informações do* ***Termo de Referência***]

# AÇÕES

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

|  |
| --- |
| **Ações** |
| **Ação 1.** |
| **Critério de Aceitação:** |
|  |

# INDICADORES, METAS E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE

**DESEMPENHO**

[*Os indicadores dos objetivos e das ações, que podem ser quantitativos e qualitativos, estão associados a metas mensuráveis e evidenciáveis, distribuídas no prazo de validade do instrumento da parceria e os parâmetros de avaliação de desempenho, por sua vez, possibilitam aferir o cumprimento das metas relativas às ações e ao objetivo da parceria.]*

Os indicadores, metas e parâmetros de avaliação de desempenho da parceria estão definidos no quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **QUADRO DE INDICADORES, METAS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO** | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | |
| **Planejamento do(a) [projeto / atividade]** | | **Indicador** | **Und** | **Meio de Verificação** | **Qtde. Meta (Ano I)** | | | | | **Parâmetro de Avaliação de Desempenho** |
| **Mês 1** | **Mês 2** | **Mês 3** | **Mês 4** | **Mês 5** |
| **OBJETIVO DA PARCERIA** | | **Indicador 1:** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Indicador 2:** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **AÇÃO** | **Ação 1:** | **Indicador 3:** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Ação 2:** | **Indicador 4:** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Ação 3:** | **Indicador 5:** |  |  |  |  |  |  |  |  |

# METODOLOGIA DE TRABALHO

*[Preencher este item com descrição da forma de trabalho]*

# PÚBLICO BENEFICIADO

*[Descrição do perfil do público beneficiado estimado, considerar, gênero, perfil familiar a socioeconômico.]*

# VALOR GLOBAL

[*preencher este item com o valor total proposto para a parceria. O detalhamento da previsão de receitas e despesas será apresentado no Plano de Trabalho*]

# CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

* 1. **Experiência prévia da OSC:**

[*No modelo abaixo deverá ser apresentada a experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a qual será comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho, de acordo com o art. 33, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019/2014. Deverá ser utilizado um quadro para cada experiência apresentada.*]

|  |
| --- |
| **Experiência** |
| Descrição da Experiência: [Descrever atividade, projeto, programa, campanha e outros que a instituição  participou de natureza semelhante ou idêntica ao objeto da parceria] |
| Objetivo: |
| Período: de / / a / / |
| Instituição Contratante ou Parceira (se aplicável): |
| Público atendido: |
| Local de execução: |
| Resultados Alcançados: |

# Experiência dos/das dirigentes da OSC

*[Informar nível de escolaridade, formação acadêmica e a experiência profissional que tenham experiênciacomprovada no objeto da parceria e que estejam vinculados à execução do mesmo]*

|  |
| --- |
|  |
| **Experiência do/da Dirigente ou Integrante da OSC** |
| Nome: |
| Cargo: |
| Escolaridade/Cursos:  ( ) Ensino Fundamental;( ) Ensino Médio;  ( ) Ensino Superior: [Citar o nome do curso, a instituição e o ano de conclusão];( ) Especialização: [Citar o nome do curso, a instituição e o ano de conclusão];( ) Mestrado :[Citar o nome do curso, a instituição e o ano de conclusão];  ( ) Outros cursos:[Citar o nome do curso, a instituição e o ano de conclusão]. |
| Experiência Profissional:  Cargo:  Instituição:  Período: mm/aa (início) a mm/aa (término) |
| É mulher chefa de família monoparental (cria prole sozinha) da faixa etária de 18 a 49 anos? ( ) Sim. ( |

# Experiência dos profissionais que integrarão a equipe de trabalho do projeto ou atividade a ser executada

[*Informar nível de escolaridade, formação acadêmica e a experiência profissional da equipe de trabalho do projeto ou atividade a ser executado*]

|  |
| --- |
| **Experiência da equipe técnica/profissionais que irão trabalhar no Projeto** |
| Nome: |
| Cargo: |

|  |
| --- |
| Escolaridade/Cursos:  ( ) Ensino Fundamental;( ) Ensino Médio;  ( ) Ensino Superior: [Citar o nome do curso, a instituição e o ano de conclusão];( ) Especialização: [Citar o nome do curso, a instituição e o ano de conclusão];( ) Mestrado :[Citar o nome do curso, a instituição e o ano de conclusão];  ( ) Outros cursos:[Citar o nome do curso, a instituição e o ano de conclusão]. |
| Experiência Profissional:  Cargo:  Instituição:  Período: mm/aa (início) a mm/aa (término) |
| É mulher ou chefa de família monoparental (cria prole sozinha) da faixa etária de 18 a 49 anos? ( ) Sim. (  ) Não. |

# Capacidade instalada:

[*Citar as instalações, as condições materiais o desenvolvimento da parceria ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria*].

Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitidaa contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realizaçãode serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria( art. 33, inciso V, alínea “c” e §§ 5º, da Lei nº 13.019/2014)

# OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Tipo da proposta: *[Eixo, modalidade, linha]*

Abrangência: *[localização do empreendimento e alcance das ações propostas, incluindo comunidade local ou bairro, município e Território de Identidade*]

Beneficiárias da Proposta: *[relacionar todas as pessoas que serão diretamente beneficiadas acima de 18 anos, com idade, gênero e CPF, se chefas de família monoparentais]*

, de de 2023.

[*RAZÃO SOCIAL/ CNPJ / NOME DA/O REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA*]

# ANEXOS

*(apresentar os anexos que estejam relacionadas à proposta, sobretudo o detalhamento do orçamento que redundou na apresentação da proposta).*

# ANEXO 04 – MODELO DE CREDENCIAL DA/O REPRESENTANTE DA OSC

**Edital de Chamamento Público Nº: XX/2023**

**Finalidade da Seleção:** seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco mediante a formalização de Termo de Colaboração, nos termos e condições estabelecidos neste Edital.

Pelo presente instrumento de representação credencio a/o Senhora(o)

, (nacionalidade, estado civil, profissão), portadora(or)

do Registro de Identidade N.º , expedido pela ,

devidamente inscrita/o no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, sob o N.º , residente e domiciliada/o na Cidade de , Estado da , à [informar endereço completo e CEP], como minha/meu mandatária/o, para representar esta Pessoa Jurídica podendo praticar todos os atos necessários relativos ao Chamamento Público de n.º 01/2022 CAIAT/SPM. Declaro que a nossa Pessoa Jurídica aceita, sem ressalvas, as condições previstas no referido Edital.

, de de 2023.

NOME DA/O REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

# ANEXO 05 – MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES, CONDIÇÕES MATERIAIS E CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Declaro, para fins do Chamamento Público nº: 001/2019, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019/2014, que a[*identificação da OSC*]:

*dispõe de instalações, outras condições materiais e de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.*

*OU*

*dispõe de parte das instalações, outras condições materiais e de capacidade técnica e operacional necessária para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, sendo que pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria outros meios complementares.*

, de de 2023.

NOME DA/O REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

# ANEXO 06 - MODELO DE DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS E RELAÇÃO DAS/DOS DIRIGENTES DA OSC

Declaro para fins do Edital de Chamamento Público Nº 01/2022 – CAIAT/SPM – EDITAL RESPEITA AS MINA, que a [*identificação da OSC*] e suas/seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

1. Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional *[optar por texto conforme nacionalidade da OSC];*
2. Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
3. Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

[*Obs: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019/2014).]*

1. Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019/2014;
2. Não se encontra submetida aos efeitos das sanções:
   1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública;
   2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
   3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e;
   4. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.
3. Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
4. Não tem entre seus dirigentes pessoa:
   1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão

irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

* 1. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou
  2. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

E para atendimento do inciso VI, art. 34, da Lei nº. 13.019/2014, apresentamos a relação atualizada dos dirigentes da OSC:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DAS/DOS DIRIGENTES DA OSC** | | | | | | | |
| **Nome da(o) dirigente** | **Cargo** | **RG/Órgão expedidor** | **CPF** | **Endereço** | **Telefone** | **Gênero** | **Se chefa/e de família com filho/a/os/as**  **(sim/não)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |

, de de 2023.

NOME DA/DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

# ANEXO 7 – MODELO DE PLANO DE TRABALHO

*[O Plano de Trabalho deve ser preenchido pela OSC de acordo com as orientações entre colchetes em itálico, podendo acrescentar itens a este modelo, conforme as especificidades do projeto ou atividade a ser desenvolvida.*

*A OSC deverá acrescentar o timbre da entidade.*

*O Plano de Trabalho consiste no detalhamento da proposta de trabalho aprovada na etapa de avaliação das propostas, devendo conter os elementos definidos no art. 22, da Lei nº 13.019/2014.*

*A OSC deverá apresentar Plano de Trabalho para a formalização do Termo de Colaboração, totalmente preenchido, de acordo com o formulário que se segue]*

**Edital de Chamamento Público nº XX/2023** SPM – EDITAL XXXXXXXXXXX

**Finalidade da Seleção:** formalização de Termo de Colaboração, nos termos e condições estabelecidos neste Edital, a partir de seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para ações de interesse público e recíproco, visando à celebração de parceria com o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

# PLANO DE TRABALHO

* + 1. **IDENTIFICAÇÃO DA OSC:**

Dados da OSC Nome da OSC:

CNPJ:

Data de Criação:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail):

Dados da/o Representante Legal Nome:

Endereço:

Endereço eletrônico (e-mail):

RG/Órgão expeditor/UF:

CPF:

Gênero:

Chefe de família que cria suass filhas/os sozinha? ( ) Sim ( ) Não

# TÍTULO DO PROJETO

* + 1. **OBJETO DA PARCERIA**

*[Atividade a ser executado por meio da parceria e sua vinculação com o Plano Plurianual (PPA), descrevendo o Programa, Compromisso, Meta e Iniciativa, em conformidade com o Termo de Referência]*

# OBJETIVO DA PARCERIA

[*Demosntrar a mudança na realidade que o projeto ou atividade pretende contribuir, ou seja, a resposta ao principal problema apontado*]

# DESCRIÇÃO DA REALIDADE DO OBJETO DA PARCERIA E NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

[*Contextualizar o projeto ou atividade e sua correlação com a politica pública consignada no Plano Plurianual (PPA). Descrever a realidade que a parceria pretende modificar, demonstrando o nexo entrea realidade e as ações e metas a serem atigindas. Definir a que se propõe o projeto ou atividade e sua importância*]

# DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS

[*preencher este item em conformidade com as informações constantes no Anexo 01 (Termo de Referência)*]

# AÇÕES

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

|  |
| --- |
| **Ações** |
| **Ação 1.** |
| **Critério de Aceitação:** |
|  |

# INDICADORES, METAS E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

*[Os indicadores dos objetivos e das ações, que podem ser quantitativos e qualitativos, estão associados a metas mensuráveis e evidenciáveis, distribuídas no prazo de validade do instrumento da parceria e os parâmetros de avaliação de desempenho, por sua vez, possibilitam aferir o cumprimento das metas relativas às ações e ao objetivo da parceria.]*

Os indicadores, metas e parâmetros de avaliação de desempenho da parceria estão definidos no quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **QUADRO DE INDICADORES, METAS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO** | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | |
| **Planejamento do(a) [***projeto / atividade]* | | **Indicador** | **Und** | **Meio de Verificação** | **Qtde. Meta (Ano I)** | | | | | **Parâmetro de Avaliação de Desempenho** |
| **Mês 1** | **Mês 2** | **Mês 3** | **Mês 4** | **Mês 5** |
| **OBJETIVO DA PARCERIA:** | | **Indicador 1:** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Indicador 2:** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **AÇÃO** | **Ação 1:** | **Indicador 3:** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Ação 2:** | **Indicador 4:** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Ação 3:** | **Indicador 5:** |  |  |  |  |  |  |  |  |

# PÚBLICO BENEFICIADO

*[Descrição do perfil do público beneficiado estimado, considerar, gênero, perfil familiar a socioeconômico.]*

# FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

[*Deverá descrever como será executado o projeto ou atividade, informando os procedimentos, processos ou técnicas para a execução das ações e alcance das metas*]

# PARÂMETRO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

[*preencher este item em conformidade com as informações constantes no Anexo 01 (Termo de Referência)*]

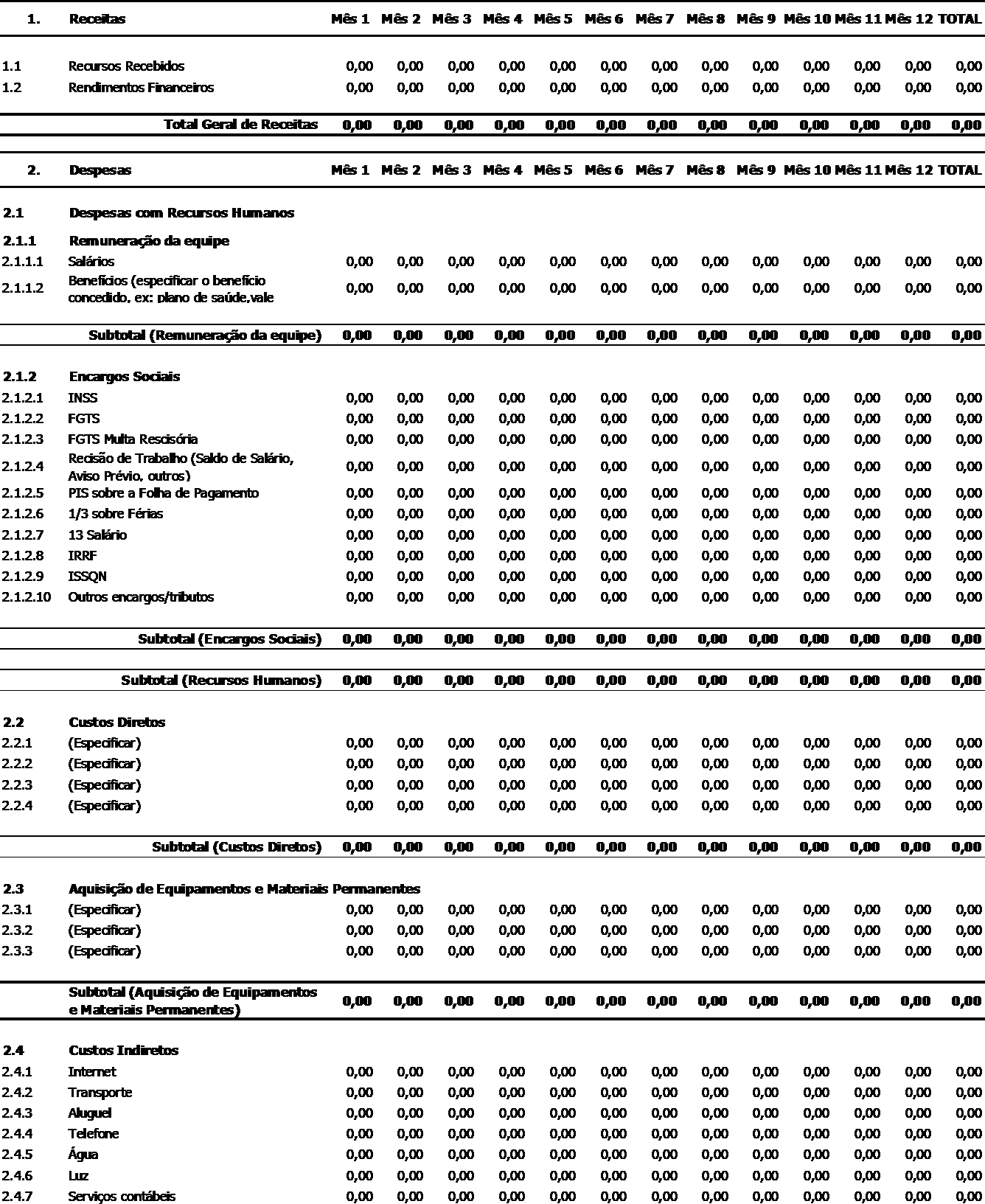
# EQUIPE DE TRABALHO

[*O modelo abaixo está disponível em planilha eletrônica]*

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº .** | **Car go** | **Q tde de trabalhadores**  **(Q)** | **F or ma de Ví ncul o** | **Car ga Hor ária Sema nal** | **REM U NERA ÇÃ O** | | **ENCA RGO S** | | | | | | | | | | | | | **B ENEF Í CI O S E I N SUM O S D E P ESSOA L** | | | | | | **Subtota l (A +B**  **+C)** | **Total Ger al [(A +B +C**  **) \*Q]** |
| **Remu ner a çãoBr uta (Mensa l)** | **Total**  **Re mu ner a ção Br uta A nua l**  **(A )** | **F GT S** | **FGTS**  **M ulta Rescisór ia** | **I NSS**  **Pa tr ona l** | **PI S** | **13º Salár io** | **Fér i a s** | **1/3**  **Fér i as** | **A di ci ona l Notur no** | **Adiciona l Per ciculos ida de** | **A di ci ona l**  **I nsal ubri dade** | **(O utr os a**  **e spe ci fi car)** | **Total Encar gos M e nsa l** | **Total de Encar gos Anua l ( B)** | **Benef ício 1 Vale Tra nspor t e** | **Benef ício 2 Alimenta çã o** | **Benef ício 3 (especificar)** | **Benef íci o 4 (especificar)** | **Total Benef ício s Mensa l** | **Total de**  **B e nef í ci o s A nua l (C)** |
| **1** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **2** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **3** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **4** |  |  |  |  |  | 0, 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 0 |
| **5** |  |  |  |  |  | 0, 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 0 |
| **6** |  |  |  |  |  | 0, 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 0 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **7** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **8** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **9** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **10** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **11** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **12** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **13** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |
| **14** |  |  |  |  |  | 0, 00 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0, 00 | 0, 00 |  |  |  |  | 0, 0 | 0, 0 | 0, 00 | 0, 00 |

# PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

[*O modelo abaixo está disponível em planilha eletrônica]*

*[Este Plano de Trabalho deverá ser acompanhado pelas cotações de preços dos bens e serviços a serem adquiridos (art. 21, §§ 1º e 2º, do Decreto Estadual nº 17.091/2016).]*

*[Os custos diretos, e os indiretos quando previstos, deverão ser expressamente detalhados e fundamentados no plano de trabalho (§3º, do art. 11, do Decerto Estadual nº. 17.091/2016). Os custos indiretos necessários à execução da parceria, desde que sejam indispensáveis e proporcionais à execução do seu objeto, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica (art. 12, do Decreto Estadual nº. 17.091/2016).]*

*[O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada no Plano de Trabalho da OSC, bem como, nos Relatórios de Prestação de Contas. A memória de cálculo deverá conter os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/ contrato)]*

*[Na de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, a OSC poderá efetuá-lo em espécie desde que justifique neste item do Plano de Trabalho os motivos, os quais poderão estar relacionados ao objeto da parceria, à região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou à natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria, dentre outros.]*

*[Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite individual por credor de R$1.000,00 (hum mil reais), levando-se em conta toda a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.]*

# CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

|  |  |
| --- | --- |
| **ANO** | **1º [definir período de liberação da parcela. Ex.: Mês ou Trimestre]** |
| **I** | [Valor da 1ª parcela] |

* + 1. **BENS A SEREM ADQUIRIDOS**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Descrição do bem** | **Qtde** | **Valor Unit(R$)** | **Valor total(R$)** | **Justificativa para**  **aquisição** |
| 1. |  |  |  |  |  |
| 2. |  |  |  |  |  |
| 3. |  |  |  |  |  |
| 4. |  |  |  |  |  |
| 5. |  |  |  |  |  |
| 6. |  |  |  |  |  |
| 7. |  |  |  |  |  |
|  | | 0 | 0,00 | 0,00 |  |

*[Excluir esse item caso não seja aplicável]*

# PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

* + - 1. **Planilha Orçamentária detalhada**

# Planilha Orçamentária resumida

[*Os modelos estão disponíveis em planilha eletrônica]*

, de de 2023.

[*RAZÃO SOCIAL/ CNPJ/ NOME DA/O REPRESENTANTE LEGAL/ASSINATURA*]

# ANEXO 08 - MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

## TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. / QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E A(O)

**, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC.**

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**, com sede na Avenida Tancredo Neves, n° 776 - Bloco A, 3° andar CEP 41820-904, nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.763132/0001-17, neste ato representado por sua titular, **NOME COMPLETO DA SECRETÁRIA**, Secretária, portadora de carteira de identidade de nº XXXXXXXX, expedida pela XXXXX, inscrita no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, devidamente autorizada pelo Decreto publicado no Diário Oficial do Estado na edição de XX/XX/XX, e a(o) [nome da Organização da Sociedade Civil celebrante], CNPJ nº , Inscrição Estadual nº , Inscrição Municipal nº , situado à

, com [Estatuto/Regimento] arquivado em / / , no Cartório de Registro de Títulos e Documentos [nome do Cartório e município] sob nº , do

[número] Registro Civil de Pessoas Jurídicas de ,livro , fls. de a , sob o nº , selecionada por meio do Chamamento Público nº , Processo Administrativo nº , neste ato representada pelo Sr(s). , portador(es) do(s) documento(s) de identidade nº , emitido(s) por , inscrito(s) no CPF/MF sob o nº , doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, formaliza o presente Termo de Colaboração, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual nº. 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Colaboração [descrever a atividade ou projeto objeto da parceria], conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I, a ser realizado no(a) [descrever local onde será realizado, quando for o caso].

## PARÁGRAFO ÚNICO

Faz parte integrante deste termo de colaboração o: ANEXO I – Plano de Trabalho.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de ( ) [meses/anos] contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até ( )[meses/anos], mediante termo aditivo.

## CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Colaboração, o pelo ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Secretária de Política para as Mulheres, repassará à [Nome da OSC Celebrante], no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em R$ ( ), de acordo com o cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho, Anexo I, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **UNIDADE GESTORA** | **FONTE** | **PROJETO/ATIVIDADE** | **ELEMENTO DE DESPESA** |
|  |  |  |  |

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia à execução do objeto deste Termo de Colaboração serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva no [nome do Banco], agência nº. , conta corrente nº. , vinculada a este termo, de modo que os recursos transferidos não sejam confundidos com os recursos próprios da OSC Celebrante.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

## PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

## PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

## PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

## PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária a qual está prevista e justificada no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

## PARÁGRAFO OITAVO

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R$ [incluir o valor limite por credor], levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

## PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

## PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no Art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

## PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

## PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC encaminhará ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens, na

prestação de contas final, para incorporação dos mesmos ao patrimônio do Estado.

## PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

## PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

## PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

1. - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
2. - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Colaboração;

III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

## CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

A alteração do Termo de Colaboração poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

## PARÁGRAFO QUARTO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para: I - indicação dos créditos orçamentários;

II – alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

## PARÁGRAFO QUINTO

A alteração do Termo de Colaboração pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Estado ou unidade equivalente e autorização da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

## CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE

Para o atendimento de suas obrigações, cabe à OSC Celebrante, além das obrigações constantes das especificações técnicas dos anexos, bem como dos diplomas legias que regem a presente parceria, as

seguintes:

1. Executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Colaboração;
2. Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;
3. Manter escrituração contábil regular;
4. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
5. Manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;
6. Devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;
7. Dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
8. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;
9. Aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;
10. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em conseqüência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
11. Manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Colaboração durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação especifica;
12. Observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosas;
13. Celebrar termo de atuação em rede e apresentá-lo à administração pública em até 60 (sessenta) dias da sua celebração, caso opte por esta modalidade, observando o disposto no parágrafo único do art. 35-A, da Lei nº. 13.019/2014 e, em caso de rescisão, comunicar à administração pública no prazo de 15 dias;
14. Manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;
15. Destacar a participação do Governo do Estado e da SPM em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Colaboração, obtendo previamente o seu consentimento formal;
16. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente termo;
17. Comunicar à SPM todas as aquisições de permanentes móveis que forem realizadas, na prestação de contas final, desde que se tratem de aquisições realizadas com recursos recebidos em decorrência da parceria;
18. Utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Colaboração.
19. Encaminhar ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens na prestação de contas final.

## CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SPM

A SPM, além das obrigações contidas neste Termo de Colaboração por determinação legal, obriga-se a:

* 1. Realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;
  2. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Leinº 13.019/2014;
  3. Divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
  4. Prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;
  5. Prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda sua extensão e no tempo devido;
  6. Proceder à publicação resumida do Termo de Colaboração e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 dias corridos contados da data de sua assinatura,contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;
  7. Designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;
  8. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
  9. Analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
  10. Providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Colaboração no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado;
  11. Registrar no Sistema de Administração de Patrimônio do Estado da Bahia – SIAP os bens adquiridos pela OSC em virtude do Termo de Colaboração.

## CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução da parceria deverão ser realizadas pela Gestora da Parceria, [nome do gestor], designado pela Portaria nº , publicada no Diário Oficial do Estado de / / , e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria nº\_\_\_\_ , publicada no Diário Oficial do Estado de / / .

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e prazo para entrega, de acordo com as orientações prestadas pela SPM, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada [ou Conselho Gestor, se for o caso], que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e

avaliação.

## PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologada pela SPM e à OSC e providenciará a sua publicação no sitio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

## CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

1. Final, até ( ) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Colaboração dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

## PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo anterior não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

## PARÁGRAFO QUINTO

Na hipótese de celebração de termo de atuação em rede, cabe a OSC Celebrante apresentar a prestação de contas inclusive no que se refere às ações executadas pelas Organizações da Sociedade Civil executantes e não celebrantes.

## PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

## PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

## PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

## PARÁGRAFO NONO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

1. regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
2. regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
3. irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

## PARÁGRAFO DÉCIMO

O SPM aprovará, no prazo máximo de 30 dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

## PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

1. sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
2. apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

## PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar à SPM autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

## PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, a SPM rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art.73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

1. vedar a transferência de novos recursos;
2. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

## PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

* 1. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida; quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;
  2. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

## PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

## PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

## CLÁUSULA NONA – RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no plano de trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

## PARÁGRAFO QUARTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS

Durante a vigência da parceria, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e, na hipótese de extinção da OSC, esta deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os bens e direitos remanescentes que, em razão da execução da parceria, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública serão, na data da conclusão ou extinção do Termo de Colaboração, de titularidade da [da OSC ou do órgão ou entidade da administração pública].

## PARÁGRAFO SEGUNDO

São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens para

a administração pública, que, se for o caso, deverá retirá-los, no prazo de até ( )dias, excetuados os bens remanescentes destinados a OSC.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

A rescisão do Termo de Colaboração poderá ser efetivada:

1. por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:
2. não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;
3. o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.
4. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:
5. atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;
6. comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do termo do colaboração, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.
7. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Colaboração será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Colaboração, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

1. OSC:
   1. apresentar, no prazo máximo de ( ) dias [no máximo 90 dias de acordo com art. 69 caput e

§1º da Lei nº 13.019/2014], a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Colaboração;

* 1. devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial;
  2. disponibilizar à administração pública todos os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido pelos Termos de Permissão de Uso, bem como aqueles adquiridos em virtude do Termo de Colaboração.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa,

aplicar à OSC as seguintes sanções:

1. advertência;
2. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
3. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
2. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.
3. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.
4. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.
5. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.
6. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Colaboração em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

, de de 2023.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Secretaria de Políticas para as Mulheres- SPM/BA** |  | **[NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]** |
| **Testemunhas** |  | **Testemunhas** |

# ANEXO 09 – MODELO DE TERMO DE ATUAÇÃO EM REDE

De um lado a (o) [nome completo da OSC Celebrante], organização sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º , Inscrição Estadual nº , Inscrição Municipal nº , situado à , com Estatuto Social registrado perante o Cartório Civil da Pessoa Jurídica, doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, neste ato representada

por [nome do representante legal], [nacionalidade],

[estado civil], CPF nº , RG nº , emitido por

, residente e domiciliado na [endereço completo] e de outro lado,

[nome completo da OSC Executante], organização sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º , Inscrição Estadual nº , Inscrição Municipal nº , situado à , com Estatuto Social registrado perante o Cartório Civil da Pessoa Jurídica, doravante denominada **OSC EXECUTANTE**, neste ato representada por [nome do

representante legal] [nacionalidade], \_[estado civil], CPF nº

, RG nº , emitido por , residente e domiciliado na

[endereço completo], pactuam as condições do presente Termo de Atuação em Rede nos termos do art.35-A, da Lei Federal nº 13.019/2014, e §§ 1º a 5º, art. 16, do Decreto nº 17.091/2016, conforme previsão o no Edital de Chamamento Público nº , mediante as cláusulas e condições discriminadas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto deste Termo de Atuação em Rede é a execução de [vide nota abaixo], prevista no Plano de Trabalho do Termo de [Colaboração/Fomento] nº , celebrado entre a [nome da OSC Celebrante] e [nome do órgão ou entidade].

## PARÁGRAFO ÚNICO

Faz parte integrante deste Termo de Atuação em Rede o:

ANEXO I – Plano de Trabalho;

ANEXO II – Declaração do dirigente máximo da OSC Executante que não incorre em qualquer das vedações previstas no art. 39, da Lei nº. 13.019/2014.

ANEXO III – [Termo de Colaboração/Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação] nº e seus anexos.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Termo de Atuação em Rede será de ( ) [dias/meses/anos], tendo por termo inicial a data / / e por termo final a data / / .

## CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSES E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do objeto deste Termo de Atuação em Rede a [nome completo da OSC Celebrante], repassará à [nome completo da OSC Executante] nas condições constantes deste instrumento, a importância global de R$ [valor por extenso] de acordo com o cronograma de desembolso abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **1º [definir período de liberação da parcela. Ex.: Mês ou**  **Trimestre]** | **2º [definir período de liberação da parcela. Ex.: Mês ou**  **Trimestre]** | **3º [definir período de liberação da parcela. Ex.: Mês ou**  **Trimestre]** | **4º [definir período de liberação da parcela. Ex.: Mês ou**  **Trimestre]** |
| **I** | [Valor da 1ª parcela] | [Valor da 2ª parcela] | [Valor da 3ª parcela] | [Valor da 4ª parcela] |

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pela OSC Celebrante à execução do objeto deste termo de atuação em rede serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva no [nome do Banco], agência nº. , conta corrente nº. , vinculada a este termo, de modo que os

recursos transferidos não sejam confundidos com os recursos próprios da OSC Executante.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica a OSC Executante obrigada a observar as mesmas regras de aplicação de recursos previstas para a OSC Celebrante no Termo de [Fomento/Colaboração] nº e nas normas legais aplicáveis.

## CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE ATUAÇÃO EM REDE

O presente Termo de Atuação em Rede poderá ser alterado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto.

## PARÁGRAFO ÚNICO

Caso seja celebrado termo aditivo, a OSC Celebrante deverá apresentá-lo à administração pública em até 30 (trinta) dias da sua celebração.

## CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA OSC EXECUTANTE

1. Executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Atuação em Rede;
2. Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Atuação em Rede;
3. Manter a sua regularidade jurídica e fiscal de acordo com as exigências do Termo de Colaboração;
4. Manter escrituração contábil regular;
5. Manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica;
6. Devolver à OSC Celebrante os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Atuação em Rede;
7. Dar livre acesso aos agentes da OSC Celebrante, da administração pública, do controle interno e ao Tribunal de Contas do Estado correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Atuação em Rede, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
8. Aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução do Termo de Atuação em Rede, buscando alcançar os resultados pactuados;
9. Manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do Termo de Atuação em Rede, que deverão ser emitidos em nome da OSC Executante, devidamente identificados com o número do Termo de Atuação em Rede durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação especifica;
10. Observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;
11. Responsabilizar-se exclusivamente pelas obrigações decorrentes de aquisições e contratações;
12. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente termo.

## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE

1. Apresentá-lo à administração pública em até 60 (sessenta) dias a celebração deste termo de atuação em rede, observando o disposto no parágrafo único do art. 35-A, da Lei nº. 13.019/2014 e, em caso de rescisão, comunicar à administração pública no prazo de 15 (quinze) dias;
2. Comprovar à administração pública o cumprimento dos requisitos previstos nos inciso I e II, do art. 35-A da Lei nº 13.019/2014, a serem verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos no momento da apresentação do termo de atuação em rede:
   1. comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a Organização da Sociedade Civil celebrante existe há, no mínimo, cinco anos com cadastro ativo; e
   2. comprovantes de capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar a rede, sendo admitidos: i) declaração da Organização da Sociedade Civil celebrante, demonstrando que possui capacidade técnica e operacional que a torna apta à supervisão e orientação da rede; ou ii) atestado de prévia atuação em rede como Organização da Sociedade Civil celebrante, emitido por órgãos ou entidades da administração pública ou privada com os quais tenha celebrado parceria.
3. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações este termo de atuação em rede;
4. Verificar a regularidade jurídica e fiscal da OSC Executante, no ato da formalização deste Termo de Atuação em Rede, devendo comprovar tal verificação na sua prestação de contas;
5. Prestar contas à [nome do órgão/ entidade celebrante do instrumento de parceria] das ações executadas pela OSC Executante.

## CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser apresentada pela OSC EXECUTANTE [definir periodicidade. Ex: quinzenalmente, mensalmente, trimestralmente, etc.], até o dia [definir data limite de entrega].

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Atuação em Rede dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº. 17.091/2016.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo anterior não obsta que a OSC Celebrante solicite outros documentos necessários à avaliação da execução do Termo de Atuação em Rede, conforme as especificidades de seu objeto.

## CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este Termo de Atuação em Rede poderá ser rescindido por acordo entre as partes.
2. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.
3. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.
4. Fica eleito o foro do município de , Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste termo.
5. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Atuação em Rede em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

, de de 20 .

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **[OSC CELEBRANTE]** |  | **[OSC EXECUTANTE]** |
| **Testemunha**  **[Nome e CPF]** |  | **Testemunha**  **[Nome e CPF]** |

# ANEXO 10 – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO

[nome da Organização da Sociedade Civil ou da pessoa física], inscrita no CNPJ/CPF xx.xxx.xxx./xxxx-xx, solicita interposição de recurso sobre o resultado do Edital de Chamamento Público nº , publicado em

/ / , cujo objeto é [descrever o objeto do edital de chamamento público].

* 1. Razões do recurso:

**[IDENTIFICAR O(S) DISPOSITIVO(S) DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO QUE MOTIVA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO.]**

* 1. Fundamentação da contestação:
  2. Anexos:

[Identificar anexos, se necessário]

NOME DA/O REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA